

Nem as esquerdas nem os opocionistas ao governo dentro do PMDB e do PFL acreditam mais na reversão da tendência pela duração de cinco anos para o mandato do presidente Sarney, que deverá ser votado até o final do mês, provavelmente no dia 31, no capítulo das Disposições Transitórias, segundo o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, e alguns parlamentares — como os deputados Saulo Queiroz (PFL-MS) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — já estão sugerindo uma "solução conciliatória": quatro anos e meio de mandato para Sarney, que encerraria seu governo a 1º de julho de 1989, após as eleições presidenciais em 8 de abril, e na hipótese do segundo turno, em 20 de maio do próximo ano.

O que se comenta é que apenas o chamado grupo "pró-quatro anos e meio" se está movimentando dentro da Constituinte para conseguir apoio à sua tese, já que o interesse maior no caso seria a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores. Para o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado, o silêncio dos cincoanistas e dos quatroanistas se explica: "O pessoal dos cinco está calado porque considera o caso encerrado e resolvido em seu favor, enquanto os quatroanistas já têm a certeza da derrota".

O líder do PMDB, senador Mário Covas, procura justificar a descrença que está tomando conta das lideranças que defendem os quatro anos: "A sustentação po-

lítica do governo na Constituinte aumentou em termos numéricos, e os governadores e ministros continuarão fazendo pressões, até mais efetivas, com a possibilidade de se repetir o resultado da votação do sistema de governo. A sociedade está majoritariamente contra o governo mais igualmente descrente das instituições e dos políticos, e com isso as forças contrárias ao governo também sofrem o desestímulo".

Para o deputado José Ignácio Lula da Silva, "os caminhos para os quatro anos estão difíceis e as últimas votações não estão favorecendo as esquerdas", mesmo pensamento do líder do PT, deputado José Genoíno, acrescentando serem os militares o maior sustentáculo do presidente, que "estão confundindo redução do mandato com golpe institucional, criando entraves para um processo político que se desenvolveria naturalmente".

Enquanto isso, os cincoanistas continuam tentando cercar a vitória por onde podem, e como disse o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira, que convocou toda a bancada para estar em Brasília a partir de terça-feira, "não queremos correr nenhum risco nem ter nenhuma surpresa". Ele apenas lamenta que "os decretos baixados recentemente pelo presidente proibindo aumento de despesas na Administração vão reduzir substancialmente os pedidos de favores de políticos, ao contrário do que ocorreu na votação do mandato de cinco anos para os futuros presidentes".